

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO MENSAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE AMPARO – SP (CMMA)

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, iniciou-se às 17h15, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Amparo – SP (CMMA), situado no escritório do Parque Ecológico. A reunião aconteceu com a presença de membros titulares e suplentes nomeados, para o ano de 2024 a 2025: Eliana do Carmo Oragio (SMMA); Ricardo Moncorvo Tonet (Casa da Agricultura); Francisco Gerbi Corsetti (CREA), Marilda Gutierrez (Entidades de Ensino e Pesquisa), Helena Leite (Entidades de Ensino e Pesquisa), Camila de Campos Souza (SMMA), Agda Roberta Farias Frare (OAB), Raquel Negri Marcheto (ACEA), Barbara Rodrigues Oliveira (CR Ambiental), Aloisio Benedito Gressoni (SMMA), Marta Alves de Campos Palandi (SME), Paula Cristina de Oliveira Sampaio (convidada externa). Agda Roberta Farias Frare inicia a reunião como assunto “Projeto plantar vida, da H2A Hub Agroambiental”, apresentando a Paula Cristina de Oliveira Sampaio (convidada externa) que explica sobre o projeto dizendo que o mesmo não tem fins lucrativos e com o objetivo de restauração florestal em propriedades, de forma completa e com o processo mais acelerado possível. Este projeto está em estudo desde 2007, onde foi pesquisado sobre o rio Camanducaia e suas nascentes, chegando à conclusão que estas nascentes vêm sumindo numa velocidade grandiosa. Os benefícios do projeto para o proprietário da propriedade é todo o custeio de plantio, que este fica de responsabilidade total da empresa Ypê. Já para os proprietários, cabe a contrapartida de 40 (quarenta) – 50 (cinquenta) mil hectares de terra e a manutenção das mudas, como irrigação, cuidados de pragas e doenças das espécies, retenção de gramíneas e caso alguma muda venha a perecer, o proprietário deverá pagar uma multa sobre o valor da espécie. As etapas do projeto consiste em: a) Diagnóstico; b) Cadastro de proprietários c) Análise de documentação; d) Reunião virtual; e) estabelecer a área para instalação; f) Assinar o contrato; g) Ida a campo; h) rotina de manutenção. Helena Leite (Entidades de Ensino e Pesquisa) pergunta quais as dificuldades para os

proprietários aceitarem o projeto. Paula Cristina de Oliveira Sampaio (convidada externa) explica que a maior dificuldade encontrada é a área não fazer parte do estudo preliminar. Ricardo Moncorvo Tonet (Casa da Agricultura) levanta outras questões que dificultam também para o proprietário como fazer uma cerca na área para evitar entrada de gados e outros animais, e o custo será alto caso alguma muda pereça. Aloisio Benedito Gressoni (SMMA) diz que este projeto tem que ser mais atrativo para os proprietários. Francisco Gerbi Corsetti (CREA) pergunta quais espécies serão utilizadas e Paula Cristina de Oliveira Sampaio (convidada externa) responde que serão diversas, baseado na Mata Atlântica. Agda Roberta Farias Frare (OAB) pergunta em que o CMMA pode ajudar para expandir o projeto e Paula Cristina de Oliveira Sampaio (convidada externa) responde que precisa de indicações para a implantação do projeto e explica sobre o site, onde o interessado pode se cadastrar. Aloisio Benedito Gressoni (SMMA) sugere uma troca de cadastros com o projeto que a SMMA tem, Plantando Água e Paula Cristina de Oliveira Sampaio (convidada externa) concorda e diz que irá enviar o material. Agda Roberta Farias Frare (OAB) agradece e passa para o próximo assunto da pauta, “Loteamento Parque Julieta”, expondo aos conselheiros que houve uma denúncia, onde o loteador não está respeitando a área de APP, sufocando a nascente e infringindo leis ambientais, como a canalização da nascente do local. Francisco Gerbi Corsetti (CREA) perguntou se foi pedido a documentação para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Aloisio Benedito Gressoni (SMMA) explicou que o loteamento foi aprovado. Agda Roberta Farias Frare (OAB) propõe uma votação para pedir esclarecimentos e documentação à SMDU ou enviar o caso diretamente ao Ministério Público. Os conselheiros optam por solicitar a documentação com prazo de 10 (dez) dias. Após esse prazo, será acionado o Ministério Público. Passando para o outro assunto da pauta, “Balanço das queimadas e ações do poder público”, Marilda Gutierrez (Entidades de Ensino e Pesquisa) coloca aos conselheiros que conversou com o representante da Defesa Civil, e este se queixou da ausência de aceros na cidade e Marta Alves de Campos Palandi (SME) dá como sugestão para a próxima reunião, apresentação do projeto para reflorestar as áreas que

foram queimadas. Agda Roberta Farias Frare (OAB), define portanto, voltar a falar sobre esse assunto na próxima reunião ordinária do conselho, bem como trazer os voluntários que ajudaram no processo de contenção do fogo e se dirige à Marilda Gutierrez (Entidades de Ensino e Pesquisa) pedindo também que na próxima reunião, a mesma apresente o projeto realizado na cidade de Monte Alegre do Sul, sobre esta questão das queimadas e acrescenta também que deverá ser solicitado ofícios à Policia Ambiental, à Defesa Civil e aos Bombeiros para esclarecimentos e informações das áreas afetadas e como foi realizado o procedimento de contenção.

Não havendo mais nada a ser tratado, a presidente, Agda Roberta Farias Frare (OAB) agradeceu a presença de todos e foi encerrada a reunião às 18h15, e eu, Eliana do Carmo Oragio, secretária executiva do CMMA, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente do CMMA,



AGDA ROBERTA FARIAS FRARE
Presidente do CMMA



ELIANA DO CARMO ORAGIO
Secretária Executiva CMMA